

DESARROLLO LOCAL SOSTENIBLE

37

O DESEMPENHO DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO E MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE A LÚZ DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

THE PERFORMANCE OF AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS IN MATO GROSSO AND MINAS GERAIS: AN ANALYSIS OF LUZ SUSTAINABLE DEVELOPMENT

EL DESEMPEÑO DE LOS ASENTAMIENTOS DE REFORMA AGRARIA EN MATO GROSSO Y MINAS GERAIS: UN ANÁLISIS DE LUZ DESARROLLO SOSTENIBLE

Laudicéia Fernanda Martins de Souza ¹ laaudiceia@hotmail.com
Paulo Augusto Ramalho Souza ² pauloramalho@ufmt.br
Luciane Cleonice Durante ³ luciane.durante@hotmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Laudicéia Fernanda Martins de Souza, Paulo Augusto Ramalho Souza y Luciane Cleonice Durante (2020): "O desempenho de assentamentos de reforma agrária em Mato Grosso e Minas Gerais: uma análise a luz desenvolvimento sustentável", Revista DELOS, Vol 13 Nº 37 (diciembre 2020). En línea: <https://www.eumed.net/rev/delos/37/assentamentos-reforma-agraria.html>

RESUMO

A evolução da legislação ambiental tornou-se imprescindível tendo em vista a crescente necessidade em preservar o meio ambiente. Assim, com a aprovação do novo código florestal, o produtor rural conhece o que é protegido e conservado e como poderá ser garantida a produção de maneira sustentável nas áreas no interior do imóvel rural. Através do desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar é uma alternativa viável de se alcançar características de maior eficiência no controle de gestão das atividades produtivas, com o uso dos recursos naturais e assim provocar menos impactos ao ambiente. O objetivo geral do trabalho foi discutir o delineamento do sucesso a luz do desenvolvimento sustentável nos assentamentos de reforma agrária em Mato Grosso e Minas Gerais. A metodologia utilizada foi a Pesquisa Descritiva/Exploratória. Os dados foram coletados por meio de entrevistas realizadas por extensionistas do projeto RADIS UFMT/INCRA em 228 lotes em Mato Grosso e 232 lotes em Minas Gerais. Nos resultados observou que a participação dos assentados constitui uma das diretrizes fundamentais para a sobrevivência do grupo e induz à gestão comunitária da organização social, da produção, das relações e do meio ambiente, contribuindo significativamente para uma relação produtiva mais sustentável com o ambiente em que vivem. Por fim, é necessário que o grupo de assentados estejam unidos para a busca de um objetivo coletivo, social e ambiental para que se tenha sucesso no desenvolvimento sustentável nos assentamentos rurais.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Agricultura Familiar. Sucesso. Desenvolvimento Sustentável.

¹ Especialista em Gestão Estratégica e Inovação da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Mato Grosso.

² Dr. Docente do Departamento de Administração e professor do Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT) da Universidade Federal de Mato Grosso.

³ Dra. Docente do Departamento Arquitetura e Urbanismo e professora do Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT) da Universidade Federal de Mato Grosso.

ABSTRACT

The evolution of environmental legislation has become essential in view of the growing need to preserve the environment. Thus, with the approval of the new forest code, the rural producer knows what is protected and conserved and how sustainable production can be guaranteed in the areas inside the rural property. Through the sustainable rural development of family farming it is a viable alternative to achieve characteristics of greater efficiency in the control of management of productive activities, with the use of natural resources and thus cause less impact on the environment. The objective of this work is to contribute to studies related to success and sustainable performance in agrarian reform settlements in Mato Grosso and Minas Gerais. The methodology used was Descriptive / Exploratory Research. Data were collected through interviews carried out by extensionists from the RADIS UFMT / INCRA project in 228 lots in Mato Grosso and 232 lots in Minas Gerais. In the results, he observed that the participation of settlers is one of the fundamental guidelines for the survival of the group and induces community management of social organization, production, relations and the environment, contributing significantly to a more sustainable productive relationship with the environment in which live. Finally, it is necessary for the group of settlers to be united in the search for a collective, social, and environmental objective in order to succeed in sustainable development in rural settlements.

Keywords: Agrarian Reform. Family farming. Success. Sustainable development.

RESUMEN

La evolución de la legislación medioambiental se ha vuelto fundamental ante la creciente necesidad de preservar el medio ambiente. Así, con la aprobación del nuevo código forestal, el productor rural sabe qué se protege y se conserva y cómo se puede garantizar la producción sostenible en las áreas dentro de la propiedad rural. A través del desarrollo rural sustentable de la agricultura familiar es una alternativa viable para lograr características de mayor eficiencia en el control de la gestión de las actividades productivas, con el uso de los recursos naturales y así provocar un menor impacto en el medio ambiente. El objetivo general del trabajo fue discutir el diseño del éxito a la luz del desarrollo sostenible en los asentamientos de reforma agraria en Mato Grosso y Minas Gerais. La metodología utilizada fue Investigación Descriptiva / Exploratoria. Los datos fueron recolectados a través de entrevistas realizadas por extensionistas del proyecto RADIS UFMT / INCRA en 228 lotes en Mato Grosso y 232 lotes en Minas Gerais. En los resultados, observó que la participación de los pobladores constituye uno de los lineamientos fundamentales para la supervivencia del grupo e induce a la gestión comunitaria de la organización social, la producción, las relaciones y el medio ambiente, contribuyendo significativamente a una relación productiva más sostenible con el medio en el que viven. En Vivo. Finalmente, es necesario que el grupo de pobladores esté unido en la búsqueda de un objetivo colectivo, social y ambiental para lograr el desarrollo sustentable de los asentamientos rurales.

Palabras clave: Reforma Agraria. Agricultura familiar. Éxito. Desarrollo sustentable.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil a desapropriação de terra é a principal política de Reforma Agrária, é a maior em número de famílias e não em número de área, como a regularização fundiária. A desapropriação é defendida pelos movimentos sociais e intelectuais porque mesmo que indenize o proprietário é a única política que desconcentra a estrutura fundiária (Freitas, 2012).

Mato Grosso normalmente se destaca na agropecuária nacional pela extensão de áreas de lavouras de grãos, oleaginosas e fibras - 7,7 milhões de hectares e cerca de 24,6 milhões de toneladas em 2006, ou 18% da produção nacional. O rebanho estadual de bovinos também é expressivo, cerca de 12,7% em 2006 ou 15,8% da produção de carne bovina. Mas, também apresenta 19% de população rural, uma grande concentração de terras (Alves et al., 2009).

Nos assentamentos rurais de Minas Gerais o fortalecimento da organização social é um dos aspectos estruturantes para o desenvolvimento do processo, pois os agricultores apropriaram-se do espaço projeto e exercitaram a vivência coletiva na tentativa de construir novas relações, devido a diversidade existente em sistema de produção e aspectos ambientais (Oliveira et al., 2009).

Considerando que o desenvolvimento agrário sustentável deve levar em conta, além da preservação do meio ambiente, a reprodução dos sujeitos envolvidos, como produtores rurais

familiares, viabilizando mecanismos para que esses trabalhadores organizem suas atividades agrárias, produzindo e se reproduzindo como uma categoria ou grupo social específico (Silva, 2007).

Assim, para o desenvolvimento sustentável nos assentamentos precisa ultrapassar as dimensões, tais como, econômico, expansão da produção de mercadorias, do meio ambiente, recuperando e preservando os recursos naturais, do desenvolvimento humano, combinando produção de riquezas/mercadorias com a progressiva melhoria da qualidade de vida e incentivando o crescimento do ser humano como um todo.

Conhecendo as dimensões continentais do Brasil e as características peculiares de Mato Grosso e Minas Gerais é necessário conhecer o sucesso e desempenho sustentável nos assentamentos rurais destes estados, informação fundamental para orientar políticas estaduais em favor deles.

A pesquisa teve por base a interpretação das informações coletadas pela equipe de extensionistas do projeto Regularização Ambiental e Diagnostico de Sistemas Agrários (RADIS), executado pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em parceria com o INCRA. No âmbito do RADIS, foram realizadas entrevistas in loco com os beneficiários dos lotes dos assentamentos localizados em Mato Grosso e Minas Gerais.

Desta forma, o objetivo geral do trabalho foi discutir o delineamento do sucesso a luz do desenvolvimento sustentável nos assentamentos de reforma agrária em Mato Grosso e Minas Gerais.

Sendo assim, o estudo tem relevância para a sociedade e principalmente em colaborar através da sustentabilidade aos assentamentos rurais, pois é preciso que o meio ambiente seja protegido de todas as formas, para o bem da coletividade e das futuras gerações.

Além desta seção de introdução, o trabalho contém mais quatro partes. Na segunda seção apresenta-se uma breve exposição da história da gestão de reforma agrária no Brasil e as características de gestão organizacional em assentamentos rurais. Na terceira seção apresenta-se a fonte dos dados, entrevistas realizadas por extensionistas do Projeto RADIS da UFMT em parceria com o INCRA, e por fim, na quinta seção algumas considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Afim de alcançar o objetivo desta pesquisa, abranger as relações referenciadas, bem como, contribuir com os estudos referentes ao sucesso e desempenho sustentável nos assentamentos de reforma agrária em Mato Grosso e Minas Gerais, foi realizado um levantamento teórico por meio da revisão da literatura existente sobre: a gestão da reforma agrária, e as características de gestão organizacional em assentamentos rurais e também sobre o conceito de sucesso na reforma agrária, além de pesquisa descritiva exploratória em lotes da reforma agrária nas regiões informadas anteriormente.

2.1 A gestão da reforma agrária no Brasil

2.1.1 Reforma Agrária - Contextualização

Ao trazer o conceito de Reforma Agrária e suas múltiplas dimensões em que se manifestam em diversos meios e localidades, vê-se as diferentes nuances da busca por oportunidades sociais, políticas e econômicas, já a questão agrária brasileira tem sua sustentação na maneira como se encontra organizada a estrutura fundiária, tendo destaque à posse, a propriedade e o uso das terras no Brasil.

De acordo com o Estatuto da Terra – Lei Lei nº 4504/64, a reforma agrária é o conjunto de medidas definidas que viabilizam uma melhor divisão da terra mediante modificações no regime de posse e utilização, com o intuito de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural e sustentável e aumento de produção.

Segundo Garcia (1982) explana que, os objetivos propostos, os instrumentos disponíveis e os interesses dos atores sociais são pontos primordiais para garantir a viabilidade de qualquer reforma agrária, onde um depende do outro.

A Reforma Agrária está de forma direta relacionada com o modo de produzir na terra da sociedade, isto acarreta dizer que a forma como a terra é organizada para se produzir está ligada ao modo de produção. “Trata historicamente das relações de produção no campo e das formas de expansão do capitalismo no campo” (Corazza e Martinelli Jr, 2002).

Segundo Kautsky (1980, p. 27-28):

A agricultura não se desenvolve segundo o mesmo processo da indústria. Ela segue leis próprias. Mas isto absolutamente não quer dizer que a evolução da agricultura se coloque em oposição à da indústria e que ambas sejam inconciliáveis. Ao contrário, julgamo-nos com elementos para demonstrar que ambas tendem para o mesmo fim, uma vez que não as isolemos uma da outra, e as consideremos como partes de um mesmo progresso de conjunto.

Kautsky defendia que com suas particularidades e leis próprias, a agricultura necessita ser entendida, mas que as leis do capitalismo são válidas para a produção.

Para Carter (2010), o século XX caracterizou-se como um período da reforma agrária, destacando-se intensificação e importância da sua realização em outros países, o autor defende que a reforma agrária tem sido um processo clássico de redistribuição de riqueza desde a antiguidade.

2.1.2 Gestão da Reforma Agrária e os marcos no Brasil

As décadas de 60 a 80 são por muitos autores reconhecidas como um período dominado por política de desenvolvimento, em que uma agricultura nos moldes capitalista fosse integrada posteriormente ao setor industrial, nesse período incentivou-se novas relações de crédito na agricultura (DELGADO, 2001).

De acordo com a afirmação de Fernandes (1996), os assentamentos de reforma agrária vão além de uma disputa por terra, é uma luta por mudanças no sistema que dá privilégio a poucos, partindo do desenvolvimento que visa apenas um tipo de propriedade. Os agricultores e os movimentos sociais envolvidos, anseiam por mudanças no sistema, que visam o oferecimento de condições necessárias para a reprodução e subsistência nos assentamentos rurais.

Décadas após o Estatuto da Terra, foi lançado o I PNRA, uma medida formulada em 1985. Que buscava observar a questão da reforma agrária como uma questão eminentemente social.

Quadro 01 – Programas de execução da reforma agrária no I PNRA

Programa Básico	Programas Complementares	Programas de apoio
<ul style="list-style-type: none"> Assentamento 	<ul style="list-style-type: none"> Regularização fundiária; Colonização; Tributação da terra. 	<ul style="list-style-type: none"> Cadastro rural; Estudos e pesquisa; Apoio jurídico; Desenvolvimento de recursos humanos.

Fonte: Plano Nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 1985)

Com as informações contidas no quadro 01 pôde-se notar que o programa se baseava no assentamento de trabalhadores rurais, em que as regiões que já eram ocupadas pelos trabalhadores, e se fundamentava em promoção do uso de terras e apoio à organização dos trabalhadores.

No ano de 1996 o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, órgão que deliberou ações estruturadas em cinco grandezas diferentes, tais como: redução de custos pagos pelas desapropriações de propriedades e o tempo de emposse pelo INCRA; medidas que puniam as ocupações de terra; ações que movimentavam os meios de comunicações a disseminar de maneira negativa as ocupações realizadas pelo MST; medidas que transmitiam à esfera estadual a competência resultante do processo de aquisição de terras; e por fim, medidas que iniciaram uma reforma agrária assistida pelo mercado (Pereira; Sauer, 2011).

O Plano Nacional de Reforma Agrária, lançado em 2003 se baseava em propostas que visavam promover produção, qualidade de vida na área rural e paz. O plano em si traz a ideia de reforma agrária enquanto um instrumento para retomada do crescimento econômico para se construir uma nação mais moderna (BRASIL, 2003).

2.2 As características de gestão organizacional em assentamentos rurais

2.2.1 Assentamentos Rurais

Os assentamentos rurais carregam muita história, entre conflitos de interesses, diferentes concepções políticas e ideológicas, conflitos de estratégias (SANTOS, 2010). São frutos de um processo de muita luta pela reforma agrária, segundo Heredia (2004) sua criação gerou efeitos que são incorporados as dimensões políticas, sociais e econômicas, além de exercer uma influência direta na vida dos assentados.

Segundo Sauer (2005), o assentamento de reforma agrária é resultado de conflitos e lutas populares, confrontos estes com os poderes locais e elites agrárias. O autor defende que o assentamento trata-se de um delimitado espaço geográfico que oferece condições legais de posse de terra.

[...] o desenvolvimento de um assentamento rural não é regido por uma sequência uniforme de “fases”, mas resultante da relação de força e interações num campo de disputas por posições de poder, por consolidação de determinados projetos políticos e econômicos, tanto por atores internos quanto externos ao território do assentamento. (Santos, 2010, p.64)

As diretrizes de um assentamento trazem uma noção de organização e desenvolvimento em que cada etapa ao ser superada vai se tornando um modelo ideal de assentamento, provando um olhar crítico, pois:

2.2.2 Gestão Organizacional nos assentamentos rurais

A discussão no Brasil sobre a organização econômica e social nos assentamentos de reforma agrária tem sido objeto de preocupações de vários atores governamentais e sociais e segmentos. As diversas modalidades de cooperativas ou cooperação assim como os assentamentos são vistas como fenômenos sociais primordiais para solucionar problemas de pobreza e geração de emprego e renda.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é o órgão responsável por fazer a gestão da reforma agrária no Brasil, buscando a viabilidade econômica, a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento territorial em assentamentos rurais. A atuação do INCRA no campo é orientada pelo estímulo da igualdade de gênero, além do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas (INCRA, 2020).

A criação dos assentamentos, ou unidades de produção consolidadas, visa obter uma combinação mais eficiente do trabalho, capital e tecnologia, dos recursos, de forma que uma organização mais adequada (INCRA, 1971)

Algumas atitudes têm caráter primordial para fortalecer os vínculos internos dos grupos dos assentados, principalmente na relação do assentado com a terra. Ao ter a percepção de que a terra é todos e de seu pertencimento a um projeto coletivo de produção pode inspirar a percepção de que as possibilidades de melhoria de sua situação socioeconômica. Cooperar é um valor que se transforma em importante recurso que possibilitada superar dificuldades decorrentes da insuficiência de políticas públicas, agrária e agrícola. (CONCRAB, 1999).

Carvalho (2002), propõe que a experiência de cooperativismo nos assentamentos aponta para uma mudança na organização e gestão dessas propriedades, para que cada vez mais se tornem uma comunidade resistente, que reafirma sua identidade cultural no sentido de resistir a terra. Para o autor, garantir a auto-subsistência e abastecer o mercado local fazem parte das mudanças voltadas para a diversificação da produção. Buscar o consumo de produtos que sejam produzidos nas comunidades, rompendo assim com o consumismo urbano, além de garantir a formação de trabalhadores e suas famílias. Dessa forma, será possível buscar novas soluções e superá-las com cooperação.

Bogo (1999) ressalta que o planejamento da produção e o estabelecimento de políticas e programas de caráter coletivo só é possível com um planejamento coletivo, ou seja, cooperação, onde o traço individualista não tem vez.

2.2.2 O Sucesso organizacional em Assentamentos Rurais

Melgarejo (2001), identificou que o alto índice de famílias organizadas e participativas demonstram maior possibilidade de obterem sucesso, neste momento, não só o sucesso organizacional, mas também o sucesso com acesso a moradia, alimentação básica, acesso a educação, resultando em uma renda superior à média. Os assentamentos com maior número de líderes de família alfabetizados, que conhecem os aspectos do ambiente onde os lotes serão estabelecidos, demonstram maior capacidade de obter sucesso.

Contudo, é importante a instauração de políticas de qualificação e alfabetização aplicadas ao público potencial de reforma agrária, por ocasião de sua permanência nos assentamentos. Trata-se de tornar produtivo o tempo ocioso, atualmente de espera ineficiente. O sucesso e consolidação dos assentamentos, faz base na consolidação das famílias assentadas baseando-se em seus esforços de aumentar as atividades de maturação de relações e pertinência em novas áreas, mantendo o sentido de crescimento para a relação social que é relevante e deve ser planejado e estimulado (Melgarejo, 2001).

Em um processo de cidadania em construção contínua, a busca por novos espaços e várias outras formas de cooperação, estariam diretamente relacionadas à possibilidade de sucesso dos assentamentos (Carvalho, 1998).

Outro ponto que Melgarejo (2001) percebeu sobre o sucesso em assentamentos rurais, é que aqueles com grande área ocupada enfrentam dificuldades maiores relacionadas ao envolvimento das famílias dificultando a socialização e estruturação, comprometendo o uso potencial dos recursos, sugeriu que as terras maiores devem ser divididas de maneira que sejam formados grupos em torno de 25 – 30 famílias, para que assim o engajamento de todos seja válido e traga sucesso ao assentamento, onde todos operaram e modo mais eficiente e eficaz, ampliando a produtividade global dos recursos.

3 Desenvolvimento Sustentável na agricultura familiar

De acordo com Denardi (et al., 2000), o conceito de desenvolvimento, parte de uma longa história de construção, sendo ainda tema de debates e polêmicas. O autor afirma que, entre o final da Segunda Grande Guerra Mundial e meados dos anos sessenta, não havia diferença entre o desenvolvimento e crescimento econômico. Entretanto, a condição de vida de muitas famílias não eram boas e não possuíam perspectivas de melhora, muitas vezes até ficavam pior, isso acontecia mesmo os países alcançando altas taxas de desenvolvimento. Tais acontecimentos ocasionaram “grande insatisfação com essa visão do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico” (DENARDI et al., 2000). A convicção de desenvolvimento foi sucessivamente incorporando diversos aspectos sociais, tais como: emprego, necessidades básicas, saúde, educação, longevidade.

A solução dos problemas ambientais, ou sua minimização, exige uma nova atitude dos administradores, que devem passar a considerar o meio ambiente em suas decisões e adotar concepções administrativas e tecnológicas que contribuam para ampliar a capacidade do planeta (Teodósio, et al., 1997, p. 37-49).

Com a situação atual do País quanto a necessidade de preocupação socioambiental sendo primordial nas decisões governamentais entre países, regiões e empresas. Quanto ao conceito de sustentável é a principal justificativa para que as instâncias públicas e privadas promovam o bem-estar social e permitam a continuidade e manutenção dos recursos naturais para as futuras gerações. Por isso, é preciso que haja equilíbrio entre os benefícios gerados pelos empreendimentos econômicos e financeiros com a preservação do meio ambiente (CALIXTO, 2008).

Diversas entidades estrangeiras escolhem o desenvolvimento sustentável para indicar a nova filosofia do desenvolvimento que assemelha eficiência econômica com justiça social e ponderação ecológica (BRÜSEKE, 1998:35). O desenvolvimento sustentável pode ser entendido como um processo em permanente modificação quanto à dinâmica dos investimentos, reestruturações que cumpram demandas atuais e futuras, bem como a exploração dos recursos (SACHS, 1990:474).

Sachs (2004, p. 14) cita “os cinco pilares do desenvolvimento sustentável”, sendo eles: social, ambiental, territorial, econômico e político. Para fins desta pesquisa, as cinco dimensões desta obra serão primordiais para a discussão das análises. A Figura 1 aponta estas dimensões e seus enfoques:

Figura 1 – Os cinco pilares do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Elaborado pela autora Zambra (2016, p.56), baseado em Sachs (2004, p. 15).

Nota-se que a proporção econômica, evidenciada por Sachs (2004), no que tange os pilares do desenvolvimento sustentável, é destacada como condição indispensável para que as outras dimensões possam ser consideradas. Uma outra dimensão proposta pelo autor que vale ser destacada, dispõe que a dimensão social é fundamental por vários motivos, sejam eles intrínsecos ou instrumentais.

Todavia, Raynaut (2004), Costabeber e Caporal (2003) colocam que estruturar um processo de avaliação de sustentabilidade é um objetivo complexo e várias pesquisas mostram que a noção de desenvolvimento sustentável retrata muita ambivalência de interpretação em função de quem a utiliza e de onde se coloca.

Partindo para a ligação do desenvolvimento sustentável na agricultura familiar (AF), vários autores afirmam que a AF seria o contexto mais propício ao desenvolvimento rural sustentável (COSTABEBER e CAPORAL, 2003; VEIGA, 1996).

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma

daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1997, p.3)

A política de sustentabilidade no Brasil ainda não se constitui em política de Estado, que todos os órgãos aderiram, uma vez que, se verifica que dentro da administração pública ainda é limitada e esparsas as ações que buscam reduzir o consumo insustentável dos recursos naturais.

Logo, Green (2009, p. 138), discorre que os princípios fundamentais da agricultura sustentável são:

- Integrar processos biológicos e ecológicos naturais à produção de alimentos, como a regeneração do solo, a predação e o parasitismo.
- Minimizar o uso de insumos não renováveis que prejudicam o meio ambiente ou a saúde de agricultores e consumidores.
- Fazer uso produtivo dos conhecimentos e habilidades de agricultores.
- Trabalhar juntos para resolver problemas comuns de uma área como a gestão de pragas, bacias hidrográficas, sistemas de irrigação, florestas e créditos.

Na última década está ocorrendo uma tentativa de redefinir o conceito de agricultor ou produtor rural familiar e de resultar esta categoria central num padrão de desenvolvimento (OLALDE e PORTUGAL, 2009).

Considerando que o atual modelo de desenvolvimento rural e agrícola do Brasil está passando por uma transição. O grande desafio é superar a dicotomia entre produção e proteção ambiental, por meio da integração dos objetivos e instrumentos das políticas ambientais e agrícolas dentro do marco geral do desenvolvimento sustentável (MMA, 2020).

4 METODOLOGIA

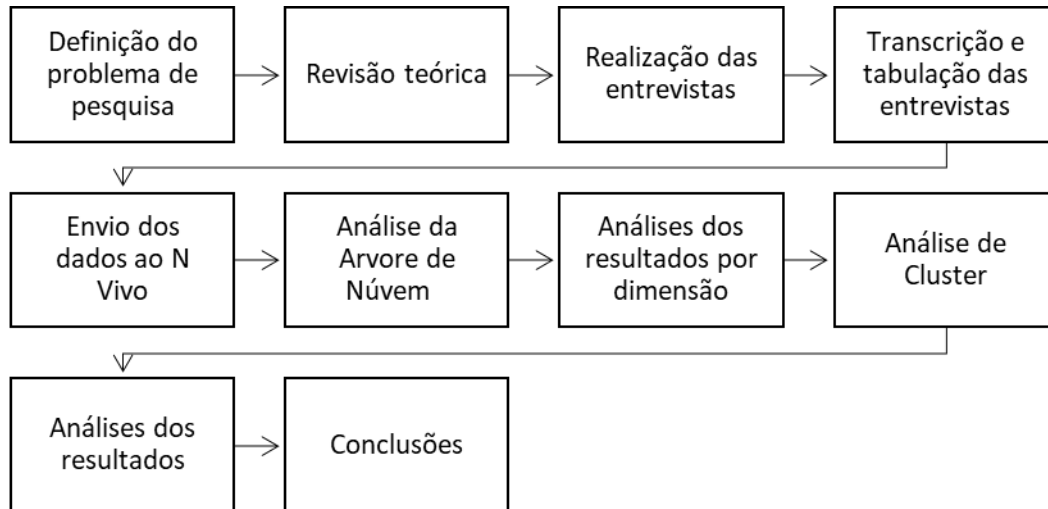
A pesquisa estruturou-se como Descritiva/Exploratória. Os dados foram coletados por meio de entrevistas realizadas por Extensionistas do projeto RADIS UFMT/INCRA em 228 lotes em Mato Grosso e 232 lotes em Minas Gerais. Os dados foram coletados junto os responsáveis pelas unidades produtivas e as transcrições foram inseridas no Repositório do programa.

Durante o processo de avaliação da propriedade rural os extensionistas foram levados a analisar se o lote era exitoso e ou/ sucesso com base em aspectos organizacionais das unidades agrícolas. Os dados foram coletados junto os responsáveis pelas unidades produtivas e as transcrições foram inseridas no repositório do programa.

Durante o processo de avaliação das propriedades rurais os extensionistas foram levados a analisar se o lote era exitoso e teve sucesso com base em aspectos sustentáveis das unidades agrícolas.

Os resultados dessas avaliações qualitativas realizadas nos lotes de MT e MG foram analisados no software NVivo e os cruzamentos formaram nuvens de palavras e *clusters* consolidaram o panorama do sucesso e desempenho das propriedades.

Figura 2 – Fluxo do trabalho



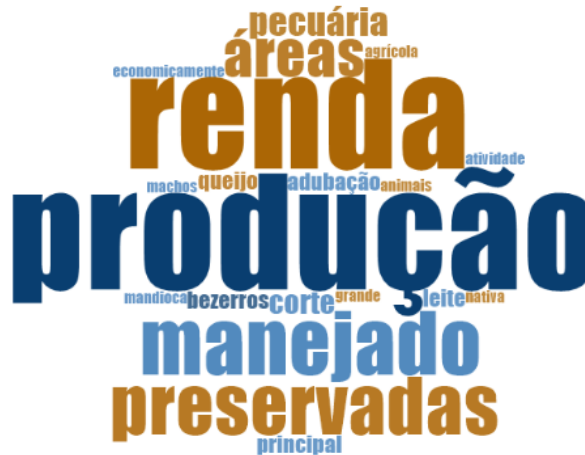
Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base nos textos produzidos pelos extensionistas, foi possível extrair os termos que mais se repetiam e que pudessem trazer características dos lotes em que ocorreram as visitas. Deste modo, foi trazido para discussão o quanto esses termos dizem sobre os lotes e sua relação com o desenvolvimento sustentável na agricultura familiar.

No que se refere às informações coletadas nos lotes de assentamentos rurais de Mato Grosso, verificou-se os seguintes termos em destaque:

Figura 2 – Análise de similaridade dos termos em evidência em Mato Grosso



Fonte: Resultados da Pesquisa

Para lidar com a demanda do variado gerenciamento dos fatores que caracterizam um lote de assentamento rural em seu aspecto sustentável, o autor Bicalho (1998) coloca três indicadores que servem para definir a operacionalização do desenvolvimento rural sustentável: capacidade, equidade e sustentabilidade. Esses indicadores servem para medir o alcance do objetivo Máximo, a geração e o suporte de modos de vida mais sustentáveis.

Entre as palavras mais citadas nas avaliações dos extensionistas sobre as unidades produtivas, o termo produção, ressalta-se como o termo de maior ocorrência constatado nessa análise e que pode estar diretamente ligado a sustentabilidade dos lotes. Carmo (1998), dispõe que a produção na agricultura familiar retrata atributos que descrevem sua potência como local privilegiado ao desenvolvimento de agricultura sustentável, em função de sua tendência à diversificação, e a associação de atividades vegetais e animais. A alta maleabilidade de adaptação a diversos processos de produção e a pluralidade de fontes de renda tornaram a agricultura familiar parte essencial da modernização agrícola (GOMES, 2005).

Uma das palavras que apareceram em evidência foi “preservadas”, na qual faz direta relação com a dimensão ecológica apresentada por Sachs (1993) que compreende a intensificação do uso dos potenciais inerentes aos variados ecossistemas, compatível com sua mínima deterioração. Essa preservação deve permitir que a natureza encontre novos equilíbrios, através de processos de utilização que obedeçam a seu ciclo temporal. Além de preservar as os naturais e energéticos.

Outro ponto percebido é que a cultura de produção de gado leiteiro, produção de derivados do leite como o queijo, bem como a plantação da mandioca, estão diretamente ligados a sustentabilidade em pequenos lotes de assentamentos de agricultura familiar.

Figura 3 – Análise de similaridade dos termos em evidência em Minas Gerais.



Fonte: Resultados da Pesquisa

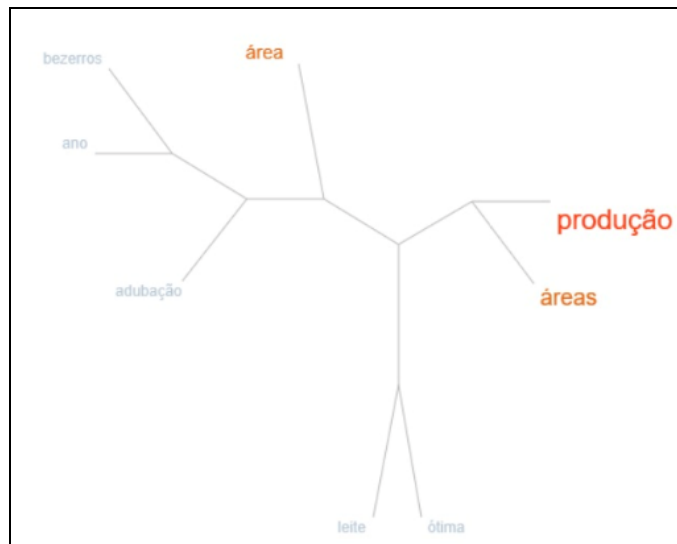
Na análise da figura 3, foram levantados os termos em evidência de Minas Gerais, na qual a palavra que apareceu por 80 vezes foi “produção”, ou seja, os estados em que a pesquisa foi realizada apresentaram característica semelhante quanto a produção como aspecto para a sustentabilidade. Entretanto, em Minas Gerais, foi observado que algumas palavras como: ambiente, natureza, degradada e agride, aparecem em grande quantidade nos textos.

Os termos encontrados vão de encontro com Pereira (2001), pois uma maneira de avaliar a sustentabilidade ambiental em assentamentos rurais, pode ser através da verificação das condições de preservação ou recuperação do solo, sendo que qualquer atividade que explore o solo a curto ou longo prazo degrada o ambiente e não pode estar ligado ao conceito e prática da sustentabilidade.

Observa-se que em Minas Gerais os extensionistas identificaram que a preocupação da sustentabilidade esta ligada a preocupação com o ambiente em que os lotes estão inseridos, bem como a preocupação em relação a preservação da natureza.

Sobre a análise realizada através das figuras 2 e 3 é possível identificar a visão dos extensionistas sobre os lotes de assentamentos rurais de Mato Grosso e Minas Gerais que foram pesquisados, eles apresentam aspectos diferentes para o desenvolvimento da agricultura familiar sustentável, uma vez que, em Mato Grosso o conjunto de termos apresentados não fazem referência a palavras como natureza e ambiente que já estão presentes na análise das palavras referentes os textos trazidos de Minas Gerais.

Figura 4 – Medida de similaridade de Jaccard – Análise de Mato Grosso.

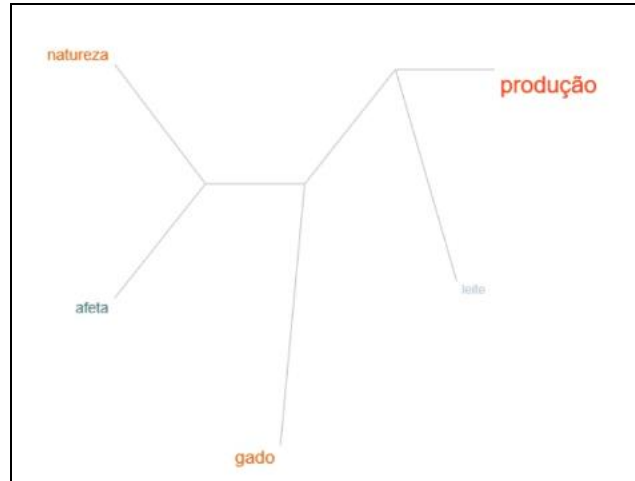


Fonte: Resultados da Pesquisa

O índice de similaridade apresentado na figura 4, aponta a proporção de termos compartilhados entre amostras da pesquisa, trazendo o quanto as palavras têm interação de significado nas análises realizadas em Mato Grosso.

Os extensionistas avaliaram as unidades produtivas com foco no desempenho e sucesso dos lotes no quesito sustentabilidade, e ficou evidenciado que uma alternativa é a produção de gado leiteiro nos lotes como foco na geração de renda para as famílias.

Figura 5 – Medida de similaridade de Jaccard – Análise de Minas Gerais.



Fonte: Resultados da Pesquisa

A partir da aplicação do índice de similaridade dos termos, identificou-se a possibilidade de que a produção de agricultura familiar de um lote é sustentável e exitosa quando a produção com ênfase no gado leiteiro não afeta o meio ambiente e a natureza.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que referente a agricultura familiar o Brasil atualmente tem um conjunto de políticas públicas destinado aos assentamentos e dessa forma a agricultura familiar conseguiu melhorar a renda e as condições de vida do rural. Os movimentos sociais e sindicais contribuem para um melhor diálogo referente a questão fundiária visando melhorar as condições de vida no campo.

Foi possível identificar que através da reforma agrária, os agricultores familiares avançaram nos processos sociais, nas atividades políticas contribuindo para melhorar o desenvolvimento econômico, social, ambiental.

Considerando que o funcionamento de um assentamento depende da própria mão de obra familiar, a qual, os trabalhadores rurais que recebem o lote comprometem-se a morar na em seus lotes e a explorá-los para seu próprio sustento.

Através dos assentamentos rurais surgiu a oportunidade de a agricultura familiar, contribuir para modificar o cenário de terras improdutivas, constituindo uma nova forma de viver dessas famílias.

Por meio da pesquisa pode-se identificar que práticas produtivas, a relação dos assentados com o meio ambiente no qual a unidade produtiva e a utilização da criação de gado leiteiro de maneira sustentável podem impactar positivamente na preservação ambiental.

Nos resultados observou-se que a participação dos assentados constitui uma das diretrizes fundamentais para a sobrevivência do grupo e induz à gestão comunitária da organização social, da produção, das relações e do meio ambiente, contribuindo significadamente para uma relação produtiva mais sustentável com o ambiente em que vivem.

Por fim, é necessário que o grupo de assentados estejam unidos para a busca de um objetivo coletivo, social e ambiental para que se tenha sucesso no desenvolvimento sustentável nos assentamentos rurais.

Estudos futuros poderiam avançar no âmbito da sustentabilidade em assentamentos rurais em todos os estados brasileiros, afim de que seja mapeado o êxito desses lotes no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável na agricultura familiar, para que a partir desse mapeamento possam ser parametrizados processos que levem as famílias a terem o máximo de desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- García, Antonio. (1982). *Modelos operacionales de reforma agraria y desarrollo rural en América Latina* (No. 3). IICA.
- Kautsky, Karl. (1980). *A Questão Agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. 329 p.
- Fernandes, Bernardo Mançano. (1996). A judicialização da reforma agrária. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, n. 1, p. 35-39.
- SAUER, Sérgio; PEREIRA, Leite, Sergio. (2011). Agrarian structure, foreign investment in land, and land prices in Brazil. *The Journal of Peasant Studies*, v. 39, n. 3-4, p. 873-898.
- Leite, S., Heredia, B., Medeiros, L., Palmeira, M., & Cintrao, R. (2004). Impactos dos assentamentos: Um estudo sobre o meio rural brasileiro. *Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura-Núcleo de Estudos Agrários do Desenvolvimento Rural*.
- Heredia, Beatriz. (2004). Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio ambiente rural brasileiro. *Instituto Interamericano de cooperação para Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Fundação Editora da Unesp. São Paulo*.
- INCRA. (2020) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA.
- INCRA. (1971) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA.
- SACHS, Ignacy. (2004). *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Ministério do Meio Ambiente. (2020). Ministério do Meio Ambiente. *Construção Sustentável*.
- TEODÓSIO, Armindo SS; GASPAR, Renata M.; RODRIGUES, José RG. (1997). Repensando o espaço da gerência: um estudo em um ambiente de modernização organizacional. Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, v. 20.
- ABRAMOVAY, Ricardo. (1997). Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, Uma nova extensão para a agricultura familiar". In: Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, Anais, 1997, p. 29
- ALVES, Janice. FIGUEIREDO, Adriano M. R. BONJOUR, Sandra C. M. (2020). Os Assentamentos Rurais em Mato Grosso: Uma Análise dos Dados do Censo da Reforma Agrária. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/49588035_Os_Assentamentos_Rurais_em_Mato_Grosso_Uma_Analise_dos_Dados_do_Censo_da_Reforma_Agraria/link/0c960517bf93640912000000/download.
- BICALHO, Ana Maria de Souza Mello. (1998). Desenvolvimento rural sustentável e geografia agrária. In: XII Encontro Nacional de Geografia Agrária. 8.
- BOGO, A. (1999) Lições da luta pela terra. Salvador, Memorial das Letras, 160p.
- BRASIL. (2003) II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural.
- BRÜSEKE, Franz Josef. (1998). O problema do Desenvolvimento Sustentável, In: CAVALCANTI, Clovis (org). *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco.
- CARMO, Maristela Simões. (1998). A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, Ângela D. D., BRANDENBURG, Alfio (Org.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: ed. UFPR.

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. (1999) A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST. São Paulo, CONCRAB/MST, 39p. (Cadernos de Cooperação Agrícola)

CALIXTO, L. (2020) **Responsabilidade Socioambiental: Pública ou Privada?** Disponível em: <http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/download/363/362>

CARTER, Miguel. (Org.). (2010). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: UNESP.

CARVALHO, H. M. (1998) Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária do Brasil. Curitiba: IICA/NEAD.

CARVALHO, H. M. (2002). Comunidade de resistência e superação. Curitiba, Gráfica e Editora Peres Ltda. 48p.

CORAZZA, Gentil e MARTINELLI Jr, Orlando. (2002) Agricultura e questão agrária na história do pensamento econômico. In: Revista Teoria e Evidência Econômica, v. 10, n 19. Passo Fundo,

COSTABEBER, José A.; CAPORAL, Francisco R. (2003) Possibilidades e Alternativas do Desenvolvimento Rural Sustentável. In: VELA, Hugo. (Org.): Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, p.157-194.

DELGADO, Guilherme C. (2001) Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. Estudos Avançados, São Paulo, 15 (43).

DELGADO, Guilherme C. (2005) A Questão Agrária no Brasil. In: JACCOUD, L. (org.). Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, cap. 2, p. 51-90,

DENARDI, Reni A. et al. (2000) Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Paraná. EMATER/Paraná: Curitiba.

FREITAS, Ricardo Luis de. (2019). Políticas de assentamentos rurais em minas gerais: emancipação camponesa ou subordinação? Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/gts/1491_1.pdf. Acessado em: 10 de fev. 2019.

GOMES, Ivair. (2005). Parâmetros e indicadores de sustentabilidade na agricultura familiar. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo.

GREEN, Duncan. (2009) Da pobreza ao poder: como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo. São Paulo: Cortez; Oxford: Oxfam International.

GIL, A. C. (2007). Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo : Atlas.

KAUTSKI, Karl. (1980). A questão agrária. São Paulo: Proposta Editorial, 3ª edição.

BRASIL, República Federativa do Brasil. (2020). Ministério do Meio Ambiente desenvolvimento rural. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural.html>. Acessado em 12 de marc. 2020.

MELGAREJO, Leonardo. (2001) O desenvolvimento, a reforma agrária e os assentamentos. Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.,Porto Alegre, v.2, n.4, out./dez.

OLALDE, Alicia Ruiz; PORTUGAL, Cadja Araújo. (2009) Agricultura Familiar, Reforma Agrária e sua inserção no enfoque territorial no Brasil. SOBER.

OLIVEIRA, Marcelo Nascimento de. XAVIER, Jose Humberto Valadares. ALMEIDA, Suênia Cibeli Ramos de. SCOPEL, Eric. (2020). Projeto Unai: pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária. EMBRAPA, 2009. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/856431/1/oliveira01.pdf>.

- PEREIRA, N. L. (2001). Análise da sustentabilidade da produção do algodão orgânico: o caso do município de Tauá. Dissertação (Mestrado em Economia Rural), Departamento de Economia Agrícola do Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza.
- RAYNAUT, Claude. (2004). Meio Ambiente e Desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva ambiental. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 10, p. 21-32, jul.-dez.
- SACHS, Ignacy. (1990). Desenvolvimento sustentável, bioindustrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas. Os casos da Índia e do Brasil. *Pensamento Ibero-Americano* 46, 1990.
- SACHS, Ignacy. (1993). Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Brasiliense.
- SANTOS, Franqueline Terto dos. (2010). A "recuperação" de assentamentos rurais em questão: a experiência do Assentamento Rendeira – Alagoas. Campina Grande: Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande.
- SAUER, Sérgio. (2005). O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: FRANÇA, Caio Galvão de; SPAROVEK, Gerd. (coord.) Assentamentos em debate. Brasília: NEAD.
- SILVA, Maria Aparecida Daniel da. (2020) Assentamento e sustentabilidade. Disponível em: [revistas.ufg.br › fchf › article › viewFile](https://revistas.ufg.br/fchf/article/viewFile). Acessado em: 10 de fev.
- SOARES, Jorge Luís Nascimento. (2007). Modelo agroecológico de desenvolvimento rural para os projetos de reforma agrária no cerrado.
- TEODÓSIO, A. S. S., (2006). **Sustentabilidade e competitividade**. São Paulo: Revista Gerenciais, v. 5. Especial, p. 37-49, jan./jun
- ZAMBRA, Elisandra Marisa. (2016) Gestão de pequenos empreendimentos rurais e políticas para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no território Baixada Cuiabana – São Caetano do Sul: Universidade Municipal de São Caetano do Sul.